**A HISTÓRIA E O DIREITO A CONHECÊ-LA**

Onofre dos Santos

Juiz Conselheiro Jubilado do Tribunal Constitucional de Angola

[*santos.onofre@gmail.com*](mailto:santos.onofre@gmail.com)

**A História de Angola como instrumento de identidade dos angolanos e factor de reconciliação nacional na medida em que constitui um legado que recusa exclusivos e hegemonias.**

**A História e o direito a conhecê-la**

1. Introdução

É um lugar comum dizer-se que devemos conhecer a nossa História. Ao celebrarmos os 45 anos da independência do nosso país, é importante referir que esse conhecimento não é apenas o objecto de um dever mas também um direito! Um jovem de hoje, nascido depois de 1975, tem o direito de conhecer a sua História, direito que a não ser exercido o pode fazer resvalar na crença de que a História de Angola só começou à meia noite de 11 de Novembro de 1975. Se essa data é sem dúvida um momento fulgurante da nossa História ela não deve nem pode apagar muitas outras datas, acontecimentos e personagens que contribuíram para o código genético de Angola. É verdade que o país tornado independente há 45 anos foi uma colónia portuguesa, por cuja independência os angolanos se bateram durante uma longa e cruel guerra de libertação, mas mesmo essa colónia, ao contrário de muitas outras colónias em África, não nasceu nem com a sua actual configuração geográfica, nem com a mesma composição étnica que hoje conhecemos. A colónia de Angola tal como veio a resultar nos finais do século XIX depois da Conferência de Berlim, teve um historial que remonta ao século XV com muitas nuances e circunstâncias que é muito importante estudarmos. A natureza de ocupação e de configuração territorial que existe desde os finais do século XIX, começou no tempo e no espaço de forma muito diferente quatrocentos anos antes. Descobrir o que realmente aconteceu durante esses quatro séculos de coexistência de diversas comunidades politicamente organizadas que os portugueses encontraram no actual território que hoje constitui a República de Angola é fundamental para identificar as nossas raízes, os nossos antepassados e entender como foi forjado o nosso país. A história não é uma ideologia política, uma fábrica de heróis em que uns são os melhores do mundo e os outros são os mais abomináveis. A história é uma reconstituição serena dos acontecimentos e das personagens reais e não lendárias que os corporizaram e lhes foram dando forma. A história rigorosamente baseada em documentos, em investigação ponderada, não deve ter como objectivo nem determinar culpas nem ser um hino a feitos gloriosos. Sem prejuízo da memória ou memórias que perduram no tempo, a história deve ser o registo tão verdadeiro quanto possível do nosso passado comum, com o qual havemos de encontrar as nossas origens e nos percebermos melhor. A História de Angola é por isso uma disciplina que nos interpela e a cujo acesso é um direito fundamental de cada angolano.

Se o jovem de hoje se debruçar sobre o discurso proferido pelo primeiro Presidente da República nesse momento fundador de 11 de Novembro de 1975 verá como foram então recordados os feitos de uma gesta de angolanos que desde 1961 se bateram contra o domínio colonial português, mas verificará também, não sem algum espanto que foram esquecidos, propositadamente ou não, muitos outros heróis, bem mais antigos que grandemente contribuíram para a formação da identidade do angolano actual. É certo que posteriormente alguns desses heróis foram recordados na nossa toponímia ou até em estátuas como é o caso mais paradigmático da rainha Ginga (Nzinga Mbandi) ou no nome de alguns dos nossos estabelecimentos de ensino, como é o caso de Mutu-ya-Kevela, que passou a denominar o Liceu Salvador Correia de Sá em Luanda ou Mandume ya Ndemufayo escolhido como denominação e patrono de uma Universidade no Lubango, ainda que estes dois heróis tenham brilhado meteoricamente na nossa História já num tempo tão próximo como o é o século XX! Ora a História de Angola, sem desvalorizar o conhecimento e a investigação arqueológica da sua antiguidade[[1]](#footnote-1) é minuciosamente reconstituível com base numa multiplicidade de fontes que permitem remontar as suas origens pelo menos ao século XII ou XIII, quando Portugal, de onde partiria o primeiro navegador europeu a pôr os pés em terra hoje parte integrante da República de Angola, estava ainda a dar os seus primeiros passos na consolidação da sua própria independência. De cruz vermelha ao peito, os seus cavaleiros combatentes haviam de atravessar três séculos de lutas e conquistas contra mouros[[2]](#footnote-2) e Castela até que a mesma cruz pintada numa vela enfunada arribasse à foz do Congo, o rio Poderoso como foi então chamado, ou Zaire como foi depois denominado. Por essa mesma altura, nas margens desse rio caudaloso, florescia uma outra civilização destinada a encontrar-se com a europeia, como poderia ter acontecido antes com a civilização chinesa. Com efeito, é possível, como nos elucida o historiador angolano, Carlos Mariano MANUEL, na sua *ANGOLA, Desde antes da sua criação pelos portugueses até ao êxodo destes por nossa criação*, que navegadores chineses “já haviam passado pelo Congo 60 anos antes e esse povo já dispunha de uma sapiência de navegação no oceano de cerca de seis séculos”... a bordo dos seus juncos, comparados com os quais, as caravelas ibéricas no século XV mais “pareciam navios saídos de estaleiros navais onde aprendizes os tivessem acabado de construir de forma improvisada”[[3]](#footnote-3). Mas não tendo porventura ocorrido esse encontro entre duas civilizações – a africana e a asiática - foi certamente a africana e a europeia que ficou para a história tal como a conhecemos. Não deixa de ser curioso que a navegação oceânica iniciada por uma nação tão populosa e vasta, prendada pela natureza pela sua exposição geográfica ao mar fosse retomada do outro lado do mundo por uma nação de tão reduzidas dimensões geográficas e com uma tão escassa população como era Portugal nos anos de mil e quatrocentos. Vogando em caravelas de pequena tripulação, com as cruzes de Cristo pintadas nas suas velas não só para exorcizar o temor das vagas mais elevadas que montanhas em mares desconhecidos, como também para assinalar o objectivo que os movia, os primeiros portugueses a arribar à foz do Zaire não podiam então estar animados de quaisquer propósitos de conquista. Pelo contrário, a História revela como o relacionamento de Portugal com o Congo – o primeiro reino encontrado naquele que é hoje o território da República de Angola – foi, ao longo de mais de cem anos uma história de deslumbramento mútuo, de curiosidade recíproca e até de fraternidade entre os sucessivos Ntotila do Congo e os Reis de Portugal, como entre si o atestam as várias missivas por eles trocadas e a própria primeira embaixada do Rei do Congo ao Vaticano que sublinha inequivocamente a dignidade e igualdade do reino africano no contexto dos Estados cristãos daquele tempo. Muitos factos e acontecimentos se iriam registar na História profusamente narrada por cronistas, missionários e historiadores europeus e angolanos que a foram escrevendo ao longo dos tempos, desde a chegada dos primeiros navegadores à corte de Mbanza Kongo até ao dia fatal de 1665 em que forças leais ao Rei Muana Mulaza, D. António I de baptismo, se enfrentaram na batalha de Ambuíla. Carlos Mariano MANUEL, lamenta na sua História que não tivesse sido a escolhida para a independência de Angola a data em que se travou essa batalha pelo simbolismo que ela aportaria à História: “Se a Independência de Angola houvesse sido marcada e proclamada no dia 29 de Outubro, haveria sido feita a redenção entre portugueses e angolanos com fundamento nesse acontecimento histórico”[[4]](#footnote-4)

Não apenas essa data não foi a escolhida, como a mesma não foi sequer recordada nesse dia histórico da nossa Independência. O discurso do Presidente Agostinho Neto proferido no dealbar do dia 11 de Novembro de 1975 é aliás um bom ponto de partida para esta reflexão sobre o direito que nos assiste, e é por demais esquecido, do conhecimento da nossa História! Nesse discurso se assume sem qualquer reserva ou reticência que o MPLA se assumiu como a *vanguarda* do povo angolano, o que, até pelo seu próprio conceito de condução dianteira tem o significado inexorável de relegar para uma traseira uma realidade que bem poderia constituir a maioria do povo angolano se as eleições previstas no Alvor tivessem sido realizadas. Inerente a este conceito de vanguarda residia nesse momento uma histórica diversidade populacional que passou a ser vista e tratada como a *rectaguarda* do povo angolano. Como expressamente o afirmou Agostinho Neto no seu referido discurso em relação à FNLA e à UNITA, “há muito que deixamos de os considerar como tal” omitindo o facto histórico indesmentível de que aquela declaração só foi então possível por força das armas, legitimando implicitamente e lamentavelmente, a continuação da guerra!

Como, porém, acontece com todas as vanguardas, foi a partir da data da independência que, por via do MPLA, foi criada uma dinâmica de *mudança* que iria reconfigurar irreversivelmente o novo País africano. Angola passou então a considerar realizadas as suas aspirações à libertação do jugo colonial, conquistou em muito pouco tempo o reconhecimento quase generalizado das nações do mundo inteiro e lutou pela manutenção da unidade territorial do País independente. Tudo isso temos de o reconhecer, apesar do preço elevadíssimo em vítimas e destruição que suplantou os malefícios causados pelo colonizador nos treze anos anteriores de guerra colonial.

A História ensina-nos, no entanto, que as contas não são assim tão simples e que é preciso recuar no tempo e revisitar as nossas origens para compreender e redescobrir Angola que o MPLA herdou do colonialismo e que incluía povos com identidades, culturas, costumes e organização política próprios, cuja história não se extinguiu com a proclamação da independência. As diferentes línguas naturais todos os dias faladas nos nossos meios de comunicação radiofónicos e televisivos são uma demonstrativa recordação quotidiana dessa realidade. Como as cinzas que depois de um incêndio podem reavivar o fogo, bem poderiam os Movimentos de Libertação do último quartel do século passado terem sido pressentidos como novas fénixes renascidas, em cujo voo todos pareciam convidados a embarcar, viajando sobre tempos imemoriais que todavia continua a ser hoje nosso direito conhecer.

1. Luanda, uma ponte entre o século XVI e o século XX

Poderia pensar-se, relembrando uma vez mais o discurso inaugural do Presidente Agostinho Neto, que o MPLA recebia Angola na sua configuração colonial como seu herdeiro universal, sem necessidade de qualquer inventário histórico de que tivesse de dar contas a quem quer que fosse, desde logo à generalidade dos novos cidadãos angolanos.

Acontece que Angola, tal como a conhecemos em 1975, não foi sempre uma *colónia* e é por isso, mais uma vez, tão importante conhecer a nossa História. Desde que os portugueses puseram os pés nas margens do Rio Poderoso, como eles chamaram ao Zaire em 1482, na primeira viagem do navegador Diogo Cão, até à Conferência de Berlim em 1885 onde foi dado o grito de partida para a Corrida à África, como ficou conhecida pelo título da obra *The Scramble for Africa*[[5]](#footnote-5), também referida como *Partition of Africa*, haviam transcorrido nada mais nada menos que quatrocentos anos, em que o domínio estrangeiro – português e também flamengo ou holandês, se limitara à implantação e manutenção de feitorias no litoral (o que não era pouco), quase sempre negociadas com as autoridades locais, com quem havia a deferência de estabelecer relações diplomáticas, destinadas ao comércio de escravos, um mercado que teve tanto de hediondo como de lucrativo (e não apenas para os exploradores estrangeiros como para os potentados locais que participavam nessas transacções). Se temos o direito de conhecer a nossa História temos de nos preparar para compreender que ela não é, nem podia ser, só esplendor, mas também amargor e este, possivelmente, quantas vezes mais.

Contudo, a criação em 1576 da primeira feitoria portuguesa, estabelecida em Luanda com base numa carta de concessão régia do malogrado rei D. Sebastião, assinada pouco antes do seu desaparecimento em combate na liça poeirenta de Alcácer-Kibir, iria marcar, sem o saber, o desfecho da luta entre os três Movimentos de Libertação, precisamente quatrocentos anos depois, como argutamente o observa Carlos Mariano MANUEL, na sua História de Angola[[6]](#footnote-6):

“Politicamente, o domínio de Luanda, embora minúsculo em termos territoriais, significava um passo de gigante, pois num movimento centrípeto, como o fizera no último quartel do século XVI o fundador da cidade Paulo Dias de Novais, tinha vantagem em impor o seu domínio em todo o resto do território.”

“A cidade capital tem um dos três maiores portos do país, o maior aeroporto, um dos três principais caminhos de ferro de penetração, as estações radiofónicas de difusão de mais longo alcance, as tipografias, comunicações, instalações para os ramos militares das forças aérea, naval e terrestre, diversos equipamentos civis de transporte aéreo, ferroviário, marítimo e rodoviário e naturalmente, era também a capital financeira de Angola.”

“Em termos objectivos militares mais relevantes, Luanda tinha intendência Central no Campo Militar do Grafanil, a Base Central da Marinha de Guerra e o regimento de Infantaria (RI) n.º 20”.

“Pelo resto do território havia as instalações do RI 21 na cidade do Huambo, o RI 22 no Lubango e o RI 23 previsto, mas não consumado na cidade do Uíge, tendo as instalações militares desta cidade, como em todas as localidades importantes de Angola, ficado apenas ao nível de Batalhão de Caçadores (BC).”

“Não surpreende, pois, que a organização política que conseguisse a sua hegemonia na cidade capital tinha alguns pontos de avanço na competição pelo poder em Angola, porquanto muito facilmente poderia organizar o recebimento de logística e reforços humanos do estrangeiro, bem como interagir com as chancelarias dos países estrangeiros, sem os constrangimentos de comunicações e transporte, em comparação com os competidores que estivessem, por exemplo, no interior do país”.

Foi assim que a ocorrência desse primeiro assentamento português selaria quatro séculos mais tarde o destino da luta pelo controlo do poder em Angola cujos antigos soberanos, durante todos esses anos, sempre estabeleceram a sua sede não no litoral mas no interior, como bem o ilustra a capital do reino do Congo em Mbanza Kongo, a cidade magnífica que os primeiros portugueses visitaram ao fim de vários dias de viagem por aquele rio acima.

Quando, porém, Paulo Dias de Novais funda a cidade de Luanda, frente à Ilha das Cabras – a nossa Ilha de Luanda – que então era e continuaria a ser por muito tempo parte integrante do reino do Congo que ali explorava o zimbo (a concha que então servia de moeda antes de ser suplantada muito mais tarde pelos panos do Libongo), já haviam decorrido quase 100 anos sobre o primeiro encontro com o Ntotila Nzinga-a-Nkuvu em Mbanza Congo. Tinha decorrido um século de ocidentalização do reino do Congo, com a sua cristianização, o estabelecimento das suas relações diplomáticas com Roma e a sua consequente integração no bloco da Cristandade. Todo este brilho teve, no entanto, um reverso da moeda que somos desafiados a inteirar-nos nos seus caleidoscópicos detalhes tão históricos como pedagógicos. É uma História com todos os ingredientes de intriga, ambição, violência, heroísmo e até martírio que nos interpela como um espelho mágico em que nos podemos contemplar, pois todos nós que hoje formamos Angola, estamos lá reflectidos de corpo inteiro. É essa história que temos o direito fundamental de conhecer.

1. Angola não foi sempre colónia

O reino do Congo foi certamente, na cronologia desse encontro entre duas civilizações, o primeiro dos muitos contactos que se lhe seguiriam através dos tempos. Outros reinos existiam desde a bacia hidrográfica do Congo até ao deserto do Calahari. A história da formação destes reinos e impérios começou remotamente com o povoamento humano da África subsaariana e a evolução migratória dos Bantu dos quais descende a larga maioria dos nativos da África Central e Austral do Atlântico ao Índico. Foi, todavia, no Congo que, naquelas paragens[[7]](#footnote-7) e por imperativo de rota dos portugueses pela costa atlântica que se deu esse primeiro encontro entre as duas civilizações – a europeia com a bantu - de muitos outros que a cronologia foi registando, tanto na sua progressão marítima para sul, como por via terrestre para o interior seguindo principalmente o percurso de outro grande curso fluvial, o Rio Kwanza. O distanciamento do Congo não significou, no entanto que os portugueses estivessem fora da zona de influência do Ntotila. À semelhança de diversos reinos em África e em outros continentes, a influência de suserania genealógica, económica e política do Congo estendia-se em dimensão imperial para os reinos contíguos como aqueles que precisamente viriam a estar no início da fundação da futura colónia de Angola, principalmente os reinos do Ndongo e da Matamba.[[8]](#footnote-8) Como bem o descreve Carlos Mariano MANUEL, “esta jornada civilizacional foi partilhada por todos os grupos Bantu, sendo que aqueles que constituíram reinos com elevado esplendor e dimensão imperial, dentre os quais se situa o do Congo, com o qual os portugueses estabeleceram relações amistosas de Estado ao mesmo tempo que minavam a sua integridade nos reinos que lhe reconheciam subordinação e traiçoeiramente fizeram-no implodir primeiro por intermédio de intrigas internas e finalmente com o golpe de graça que consistiu no martírio do Rei Muana Malaza (D. António I) na Batalha de Ambuíla, que conduziu ao desmoronamento definitivo do então esplendoroso Reino do Congo”[[9]](#footnote-9).

Refere-se o historiador angolano à alteração de atitude amistosa que vai ocorrer quase cem anos depois após a chegada ao reino do Ndongo de outro navegador, Paulo Dias de Novais. Depois de ter permanecido no reino do Ndongo durante cinco anos, ele voltaria em 1576 investido na qualidade de governador de Angola, o primeiro de uma lista de mais de 150 que chegaram até 1975, como o Almirante Leonel Cardoso o Governador e Alto Comissário que se despediu de Angola na data da independência nacional. Para além do tráfico transatlântico de escravos que constituiu a grande motivação da época para ganhar dinheiro e poder, as minas de ouro, prata cobre e chumbo foram algumas das sucessivas miragens que atraíram os portugueses para o interior como foi o caso de Manuel Cerveira Pereira que nesse afã vai primeiro em busca da prata de Cambambe e acaba por fundar a cidade de São Filipe de Benguela (para homenagear e lisonjear Filipe II que então reinava em Portugal com o nome de Filipe I) e mais tarde do cobre do Sumbe. Para sua grande frustração e de outros que lhe seguiram as pisadas, a ambição de ganhos fabulosos com os recursos naturais havia de esperar mais quatrocentos anos, quando o petróleo que era então desconhecido fosse arrancado, por ironia do destino, não das entranhas da terra escavada mas das profundezas do mar que os portugueses sulcaram para chegar a Angola. Também os diamantes que vieram a ser descobertos no período colonial iriam ser explorados por uma companhia de capital maioritariamente belga. Esta foi, aliás, uma excepção que escapou ao apertado regime legal imposto na colónia sendo o direito colonial vigente desde inícios do século XX uma das fontes essenciais da História de Angola dos dois últimos séculos. Existe contudo uma variedade de fontes muito diferenciadas que permitem aos historiadores reconstituir a nossa História. Uma fonte muito antiga é um documento de 1607 intitulado “Relação da Costa da Guiné”, que se reporta ao relacionamento dos portugueses com os outros reinos na continuidade do reino do Congo. O relacionamento com os bakongo datado de 1482, vai efectivamente estender-se aos mbundu com a chegada de Paulo Dias de Novais em 1576. Não sendo conhecido o nome do autor daquele relato, embora se presuma ter sido um religioso que conheceu e viveu naqueles reinos, é muito criteriosa a sua observação de que “(...) o comércio de Angola se descobriu desde o tempo de El-rei D. João o segundo, posto que com pouca frequência. E neste tempo o rei de Angola era amigo e quase súbdito do rei do Congo e lhe mandava cada ano seu tributo, em modo de presentes, e com sua licença iam os portugueses negociar à ilha de Luanda, que é nos confins de ambos os reinos”. O autor deste texto designa o Ngola, soberano do Ndongo, por “rei de Angola”, utilizando o já então banalizado aportuguesamento do seu título de realeza e aplicando-o impropriamente ao território[[10]](#footnote-10). O mesmo rei de Angola é aqui nitidamente apresentado como vassalo do “rei do Congo”. “O Ngola não teria, ainda, portanto, no início do século XVI, autonomia política em relação a Mbanza Kongo e pagaria um tributo ao Ntotila. A fazer fé no relato das aventuras de André Battel, marinheiro inglês que comerciou escravos na região do Kongo entre 1589 e 1616, um emissário do Reino do Ndongo ter-se-á deslocado em 1504 a Mbanza Kongo e terá oferecido a D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga “alguns braceletes de prata” com o pedido de que fossem entregues ao rei de Portugal, solicitando-lhe da parte do seu soberano, o Ngola Inene, o envio de missionários a fim de se converter ao cristianismo”. Com a correspondência a este pedido várias vezes repetido se lançaram as bases do que o futuro reservava não apenas para o reino do Ndongo como para todos os reinos à sua volta e nomeadamente para o próprio próprio reino do Congo do qual o Ngola se libertou do seu dever de vassalagem ao vencer nas margens do rio que os dividia, a batalha do Dande. Assim aconteceu em 1556 quando os bakongo do Reino do Congo sofreram uma derrota perante os mbundu do Reino do Ndongo, auxiliados de ambos os lados por portugueses que, obedecendo cegamente aos seus interesses, se aliavam de acordo com a suas próprias conveniências.

Como se depreende deste texto (como de muitos outros que podem e devem ser trazidos à colação) a natureza das relações estabelecidas com os reinos que foram sendo sucessivamente encontrados pelos portugueses teve nuances e graduações muito importantes, sendo que num primeiro momento – no século XV e junto ao Rio Zaire – foi priorizado o estabelecimento de relações diplomáticas e a cristianização no sentido de trazer esses reinos para o seio do bloco ocidental e papal e, num segundo momento – cem anos depois, nas margens do Kwanza – é o comércio que passa a estar no âmago desse relacionamento, como o refere o sacerdote autor da “Relação da Costa da Guiné”. E que comércio era esse? Muito variado, ao longo do tempo, contando-se entre os produtos obtidos em África o marfim, a cera, e a borracha mas, infelizmente, de muito longe, o principal e mais lucrativo objecto desse comércio eram os escravos. Enquanto a obsessão por descobrir o ouro, a prata, o cobre e o chumbo, não passou de miragens sucessivas, o tráfico de escravos transformou-se rapidamente numa verdadeira mina de ouro, tendo sido embarcados desde o século XVI e de vários pontos de África, sob a condução de vários países europeus, mais de 12 milhões de africanos apenas com destino às Américas. Só Portugal e o Brasil transportaram a partir de São Jorge da Mina (actual cidade de Elmina no Ghana) e de Gorée (actual Senegal) e depois de São Tomé, Cabinda, Luanda e Benguela cerca de 5,8 milhões de escravos africanos[[11]](#footnote-11) para as plantações da Baía e do Rio de Janeiro. Um comércio que naturalmente não enriqueceu apenas os comerciantes estrangeiros (portugueses, franceses, ingleses e holandeses), como os poderosos proprietários locais fazendo deles autênticos magnatas, como foi o caso mais notório dos Franque (cujo nome exprime a sua origem de francês) em Cabinda que chegaram a ter as suas próprias embarcações e conduziram o seu tráfico com total autonomia dos portugueses e o caso de Ana Joaquina em Luanda com o seu palácio na baixa de Luanda que já foi um colégio no tempo colonial e mais tarde, depois de reconstituído, foi destinado aos Tribunais. A escravatura foi um flagelo da humanidade mas a sua abolição pelas mesmas nações que mais a haviam incentivado (incluindo Portugal) iria determinar em África o terceiro momento –após a Conferência de Berlim em 1885 – da verdadeira e efectiva colonização dos territórios e povos africanos. Entretanto, fora do continente africano ficaram muitos milhões de africanos condenados pelo tráfico transatlântico a ficarem e os seus descendentes nas Américas, predominantemente no Brasil.. Particularmente neste gigantesco país uma boa parte da sua população actual será com toda a certeza constituída por descendentes dos angolanos dessa época tenebrosa. Por desígnios insondáveis da providência haverá seguramente no Brasil mais angolanos de sangue que os actuais cidadãos da República de Angola o que só por si merece, em decorrência da nossa História, a mais profunda reflexão e consideração.

1. O período colonial stricto-sensu

Só mesmo em finais do século XIX, quando a industrialização da Inglaterra por um lado e as consciências por outro se uniram no sentido do abolicionismo, é que as nações europeias despertaram para a colonização de África, para a sua ocupação efectiva ao serviço de um projecto já não apenas de comércio agora de produtos lícitos, mas principalmente de produção a partir da exploração dos seus recursos naturais. Não havia, com efeito, até então nenhum vestígio de ocupação e domínio quer de Portugal quer de qualquer outra potência europeia quer sobre o Reino do Congo quer sobre os outros reinos conhecidos do Ndongo, da Matamba, da Quiçama, do Cassange, dos Imbangala e dos Lundas e de muitos outros, tanto para Leste como sobretudo para Sul. No âmbito da Conferência de Berlim, tanto Portugal como as outras nações europeias participantes na corrida à África vão empenhar-se ardorosamente no povoamento das suas colónias num esforço de marcar as suas posições no mapa de África assinalando com as respectivas bandeiras os territórios que iam agregando aos seus domínios coloniais através sobretudo de tratados com os chefes políticos das diversas comunidades. Numa combinação de astúcia e ameaças de uso da força se necessário fosse, foram concluídos múltiplos acordos de protectorado entre Portugal e os chefes tradicionais nomeadamente os mais conhecidos o protectorado estabelecido com um já muito fragilizado Reino do Congo e o célebre tratado de Simulambuco em Cabinda.

Estes tratados de protectorado constituindo a forma expedita de legitimação da ocupação europeia com vista à exploração de recursos naturais com a concomitante obrigação de desenvolvimento dos territórios designados e as suas populações continham implicitamente o reconhecimento recíproco da soberania das partes. Por essa razão, quando o vento da história voltou a mudar em meados do século seguinte, a descolonização traduziu a inversão de sentido de marcha por parte das nações europeias no sentido de devolver a esses povos a sua reprimida soberania[[12]](#footnote-12). Apenas não aconteceu assim com Portugal cujo neologismo “descolonização” só viria a ser introduzido na sua legislação em 1975 após a sua revolução dos cravos,[[13]](#footnote-13)mais de um quartel de século depois do geral reconhecimento do direito dos povos pelas Nações Unidas. Portugal que se vira, depois de 1885, na contingência de, a partir das suas bases de Luanda e Benguela, ter de iniciar a sua expansão para Leste e para Sul para justificar internacionalmente a sua presença em territórios tão vastos e contrariar os apetites das nações concorrentes,[[14]](#footnote-14) de tal modo se empenhou no povoamento metropolitano e no consequente desenvolvimento territorial que se deixou permear pela ilusão de que estava efectivamente a criar o prolongamento do seu próprio país.

Angola de hoje seria certamente muito distinta quer no seu contorno geográfico como consequentemente na sua componente étnica sem a interferência dos portugueses e também de outras nações europeias. Como teria sido também diferente se em pleno carnaval de 1891 pudesse ter-se convertida em realidade a fantasia daqueles que ousadamente publicaram no único número do periódico O Tomate o sensacional artigo “A independência de Angola”! Também esta independência inventada aproveitando a tolerância carnavalesca não foi obtida sem luta: “... primeiro decapitando o traidor Carlos da Silva no Alto das Cruzes, depois atacando a Cidade Alta com tropas cedidas pelos sobas do interior e que inicialmente por não entenderem a língua portuguesa, hesitam em obedecer-lhe. Mas depois de incendiarem o Tribunal atacam com êxito a Fortaleza de São Miguel, de onde os degredados enclausurados lograram fugir com gritos de vivas à Independência de Angola e onde depois de quatro horas e combate o General Francina (...) hasteava a bandeira da independência de Angola” para concluírem “Eis pois a razão, leitores, porque hoje de manhã, quando olhardes para a Fortaleza de São Miguel em vez da conhecida bandeira das quinas (da monarquia portuguesa) vereis um farrapo de cor duvidosa”.[[15]](#footnote-15)

Bem diferentemente da declaração do primeiro Presidente da República de Angola no momento da independência a sério, intervêm naquela fantasiosa declaração figuras do século XVII: “Raiou enfim a (Independência de Angola). Salve o glorioso 7 de Fevereiro que sacudindo o jugo de Portugal, deixamos os ingleses de cara à banda... Viva sempre pois na memória de todos nós filhos d’ Angola e de Portugal, secretamente se reunia, em diversas partes para tratar de sua emancipação (...) só agora se explica a razão porque tivemos suspensa por tanto tempo a folha republicana O Desastre! O seu redactor (Mamede Santana e Palma) fora em serviço à Muxima, tratar com o Quimona-quiasongo, ao Duque de Bragança, com a rainha Ginga , ao Libolo, com o Capololo, ao Bailundo, com o N’gola Ecuicui, e até ao Bié com o Soba Grande – para virem a Luanda, para no caso de haver revolta eles nos defenderem”. Embora certamente da autoria de um grupo heterogéneo mas muito corajoso de intelectuais urbanos da cidade de Luanda da época, é muito simbólica a convocação das autoridades tradicionais do interior para com eles se solidarizarem na emancipação de Angola. À data desta declaração, como é evidente, ainda não tinham entrado em cena na História de Angola nem Ndunduma, nem Mutu ya Kevela, nem Mandume, nem muitos outros resistentes à ocupação colonial que igualmente aguardam sair à luz das muitas páginas escritas sobre eles e à espera de serem lidas e ouvidas.

Embora se possa compreender que na noite conturbada de 11 de Novembro de 1975, não tivesse havido uma só palavra para os “pais biológicos” do novo País no discurso inaugural da República Popular de Angola, consentaneamente com o aviltamento dos outros Movimentos de Libertação – “há muito” deixados de ser reconhecidos como tal e acusados de alta traição ao Povo Angolano,[[16]](#footnote-16) – a verdade é que os três Movimentos de Libertação eram, nesse momento histórico, os legítimos herdeiros da história desses povos, que coligados ou não, nunca aceitaram o domínio estrangeiro. Ao litisconsórcio formal, fideicomissário e necessário do Alvor, na medida que só conjuntamente eram titulares do direito à autodeterminação e também só conjuntamente o poderiam exercer de modo a transmitir para o novo Estado um poder com a carga ancestral que cada um deles era portador, devia seguir-se uma transição democrática de legitimação do poder por via eleitoral, não já uma legitimação pela força das armas mas pelo número de votantes. Uma primeira eleição de deputados por cada Movimento iria determinar um colégio eleitoral que por sua vez e por maioria qualificada de dois terços escolheria o Chefe de Estado cabendo a este a formação do Governo “respeitando a representação na proporção, na Assembleia Constituinte, dos Movimentos de Libertação”[[17]](#footnote-17). Era a fórmula idealizada na corrida contra o tempo até ao dia 11 de Novembro de 1975 para se conseguir uma base de governo independente em que se revisse a maioria dos angolanos. A Lei Fundamental foi aprovada em Conselho de Ministros de 27 de Maio de 1975 e promulgada a 13 de Junho de 1975, e publicada no ainda Boletim Oficial I Série n.º 130 de 30 de Junho de 1975.

Ainda que não se curasse nessa Lei Fundamental do destino das autoridades tradicionais, talvez porque elas estivessem ínsitas ou implícitas no reconhecimento da legitimidade de cada um dos Movimentos de Libertação, inscrevia-se já no seu artigo 122.º o estudo e a defesa de todas as formas de cultura tradicionais do Povo Angolano”[[18]](#footnote-18).

Como todos sabemos, não foi assim que a história se desenrolou nesses trágicos dias da independência nacional, tendo a sua tripla declaração de independência no Ambriz, em Luanda e no Huambo evocado o ressurgimento súbito dos antigos reinos do Congo, do Ndongo e Matamba, do Cassange, dos Lundas/Tschokue, dos Bailundu e Cuanhamas que nunca desapareceram e se mantinham vivos ao nível das suas raízes, constituindo os Movimentos de Libertação palpáveis afloramentos da sua real existência. Como se todos esses potentados sucessivamente rebaixados e humilhados ao longo de séculos se reerguessem como Fénixes, em busca de uma necessária acomodação à nova estrutura e organização do poder. É possível, porém, que o Alvor não tenha passado de um colete de salvação de quatro séculos de história artificialmente apertados, pois o espartilho não sobreviveu sequer ao período de transição. O Acordo de Alvor foi parcialmente suspenso, na sequência de sucessivas violações por parte dos Movimentos de Libertação, “numa manifestação da sua incapacidade de superarem divergências, em prol do interesse angolano”[[19]](#footnote-19). Foi, em vez de um renascimento, o início de uma guerra civil porventura ainda mais devastadora do que a que deflagrou no Reino do Congo depois da morte em combate do Ntotila D. António I Muana Malaza em 1665 que duraria quase meio século[[20]](#footnote-20). Em Luanda, os novos detentores do poder estadual constituídos em vanguarda do povo angolano, fecharam o leque da legitimidade histórica e iniciam uma modernidade inspirada num outro anacronismo, o da revolução soviética. Foi o tempo da primeira República, caracterizada nos termos da sua Lei Constitucional como Popular, cabendo ao MPLA a sua direcção política, económica e social[[21]](#footnote-21) tão susceptível de levar a cabo realizações sociais úteis ao povo angolano em geral como até aí o colonizador se arrogava do mesmo desígnio. Com todas as diametrais distinções que são devidas, um e outro laboraram efectivamente contra a história o que nunca dá bom resultado. Não deu ao colonizador, nem deu ao MPLA que teve de sustentar, tal como o colonizador, uma guerra cruel durante longos anos até à assinatura da paz em 2002. O conhecimento da nossa História é mais um contributo e pode mesmo ser fundamental para nela nos revermos sem exclusivismos ou hegemonias e, consequentemente, aceitando as nossas diferenças, construamos o futuro de Angola com base no muito que temos em comum.

1. Jazidas pré-históricas de instrumentos de pedra, pinturas rupestres, grutas pré-históricas e recintos muralhados de norte a sul de Angola, designadamente as pinturas rupestres de Cabala no Negage, jazidas de instrumentos ou grutas de Tomboco, Luanda, Humpata e Namibe que atestam o povoamento do território há vários milénios. [↑](#footnote-ref-1)
2. A designação vem de Mauritânia, país do Norte de África. [↑](#footnote-ref-2)
3. MANUEL, Carlos Mariano, *ANGOLA, Desde antes da sua criação pelos portugueses até ao êxodo destes por nossa criação*, Vol. I p. 57. [↑](#footnote-ref-3)
4. MANUEL, Carlos Mariano, *ANGOLA, Desde antes da sua criação pelos portugueses até ao êxodo destes por nossa criação*, Vol. III p. 780. [↑](#footnote-ref-4)
5. Thomas PAKENHAM, *The Scramble for Africa: The White Man’s Conquest of the dark Continent from 1876 to 1912* [↑](#footnote-ref-5)
6. MANUEL, Manuel Mariano, ANGOLA Desde antes da sua criação pelos portugueses até ao êxodo destes por nossa criação, III Vol. P. 755 [↑](#footnote-ref-6)
7. Os portugueses antes de chegarem à Foz do Rio Congo já haviam estabelecido mais a norte as feitorias de São Jorge da Mina (hoje cidade de Elmina no Ghana) e de São Tomé [↑](#footnote-ref-7)
8. MANUEL, Carlos Mariano, I Vol. p. 92 [↑](#footnote-ref-8)
9. MANUEL, Carlos Mariano, Vol. I p. 37 [↑](#footnote-ref-9)
10. PINTO, Alberto Oliveira, História de Angola, Da pré-história ao início do século XXI, 3ªedição, p. 200 [↑](#footnote-ref-10)
11. O tráfico transatlântico levou 12,5 milhões de pessoas de África para as Américas. Dos séculos XV a XIX, Portugal e o Brasil (independente desde 1822) transportaram cerca de 5,8 milhões desses escravos africanos. A Grã-Bretanha e os estados Unidos terão transportado perto de 3,6 milhões, a França, quase 1,4 milhões e outros países ocidentais um pouco mais de 1,7 milhões – MARQUES, João Pedro, Portugal e os E, ed. Guerra & Paz, 2020, p.59 [↑](#footnote-ref-11)
12. Não sem alguns episódios sangrentos e até uma guerra que ficou para a história, a guerra de libertação da Argélia. [↑](#footnote-ref-12)
13. Lei n.º 7/74 de 26 de Julho que reconheceu formalmente a autodeterminação o dos povos da suas províncias ultramarinas, a designação que tardiamente, o Estado Novo iria recuperar da terminologia legal do tempo da monarquia (as colónias foram a expressão utilizada na 1ª República e depois também pelo Estado Novo com o Acto Colonial). [↑](#footnote-ref-13)
14. As nações concorrentes, em particular a Alemanha e a França, entendiam entre si que Portugal era demasiado pequeno para poder mobilizar recursos humanos e financeiros para ocupar e administrar uma área tão vasta como a que lhe fora distribuída em Berlim (ainda sem o saliente de Cazombo que adviria ao quadrilátero angolano por troca com os ingleses de parte do território que passou a ser futuro território zambiano e para cujas medições e levantamento esteve naquelas paragens nos finais de segunda década do século XX a efectuar os seus trabalhos de topografia o português que mais se notabilizaria nos ares – e já não nos mares como os navegadores de antanho – o então jovem oficial de marinha Carlos Viegas Gago Coutinho que pouco depois, em 1922 pilotaria o aeroplano Lusitânia realizando a primeira travessia aérea do Atlântico. A actual localidade de Lumbala Nguimbo, na província do Moxico, chamou-se, por isso, durante o período colonial Vila Gago Coutinho homenageando a sua estadia ali nesses seus trabalhos de levantamento topográfico. Se as fronteiras setentrionais de Angola ficaram definidas pelo Tratado celebrado entre Portugal com a França a 12 de Maio de 1886 e as fronteiras meridionais pelo Tratado entre Portugal e a Alemanha de 30 de Dezembro desse mesmo ano, as fronteiras orientais que foram as últimas apenas viriam a ser estabelecidas pelo Tratado Luso-Britânico a a 11 de Junho de 1891. [↑](#footnote-ref-14)
15. PINTO, Alberto Oliveira, *História de Angola*, p. 602 [↑](#footnote-ref-15)
16. Discurso de Agostinho Neto de proclamação da Independência de Angola [↑](#footnote-ref-16)
17. Alínea d) do artigo 105.º da Lei Fundamental in Boletim Oficial I Série n.º 130 de 30 de Junho de 1975. [↑](#footnote-ref-17)
18. Alínea b) do n.º 2 do artigo 123.º da Lei Fundamental, idem [↑](#footnote-ref-18)
19. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 458-A/75 in Diário do Governo português I Série n.º 193, de 22 de Agosto. [↑](#footnote-ref-19)
20. A guerra civil no Reino do Congo duraria até 1710 com a Batalha de Monte Evolulu e a vitória de D. Pedro IV Água Rosada e com a submissão de D. João II Nsusi-a-Ntumba que se desloca a Mbanza Kongo para lhe prestar obediência. [↑](#footnote-ref-20)
21. Artigos 1.º e 2.º da Lei Constitucional de 11 de Novembro de 1975, Diário da república I Série n.º 1 [↑](#footnote-ref-21)